

Política social e eleições

O ano eleitoral de 2010 começará oficialmente no segundo semestre, mais precisamente depois da Copa do Mundo. Da parte das candidaturas presidenciais pré-lançadas até o presente, pouco se ouve de maneira objetiva e clara sobre os rumos e proposições a respeito da política social. O assunto também não é cobrado pela grande mídia e aparentemente não seria objeto de grandes alterações nas agendas dos dois concorrentes com maiores chances eleitorais.

Mas esse consenso por aparência e omissão das questões-chave da política social é enganoso. Há indícios muito fortes de que o tema dos direitos sociais, com suas inevitáveis implicações fiscais, esteja sendo evitado agora para somente aparecer claramente em 2011. Viria no bojo de uma proposta de mudanças fortes na Seguridade Social e no Sistema Tributário, de forma a restringir ainda mais o núcleo da política social fundamentada em direitos sociais. E nos primeiros seis meses de um novo mandato presidencial, o Congresso costuma aprovar em geral tudo que venha do Executivo, recém-legitimado pelas urnas.

É preocupante observar o tratamento que vem sendo dado ao tema dos direitos sociais. Da parte da candidatura oficial, houve declarações explícitas de simpatia com o tema. Mas, por outro lado, várias manifestações e entrevistas do atual Presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), tido como provável futuro coordenador de política econômica da candidata ao governo, já emitem sinalizações de duas prioridades – uma Reforma Previdenciária de teor restritivo a alguns direitos constitucionais (a preocupação sub-reptícia é quanto ao vínculo do salário mínimo a benefícios sociais) e uma Reforma Tributária em moldes parecidos com o projeto oficial de 2008 do Governo Lula. Nenhum sinal por aqui de redistribuição de renda ou igualdade social como rumo à política social e à reforma tributária.

Por outro lado, da parte do principal candidato de oposição, leem-se declarações enfáticas de apoio ao Sistema Único de Saúde (SUS) e, agora, até mesmo à reforma agrária. Mas quando consultamos várias manifestações dos seus áulicos e confidentes em assuntos fiscais ou ainda da mídia que lhe é

generosamente favorável, há uma espécie de senha-chave que assim se expressa: “reduzir gastos correntes do orçamento a qualquer custo”. O observador desavisado perguntará: que tem isto a ver com política social?

Ora, na atual configuração dos direitos sociais já regulamentados, os “Benefícios Monetários” das políticas sociais estão essencialmente vinculados a direitos e correspondem a 15,5% do PIB nas “Contas Nacionais” de 2006 (as mais recentes publicadas em detalhe); e os “Benefícios em Espécie” – serviços públicos gratuitos oferecidos aos cidadãos – representam 8,6% neste mesmo ano. Esse conjunto de “Benefícios Monetários” e serviços públicos, ou “Benefícios em Espécie”, na linguagem das Contas Nacionais, já somam cerca de ¼ do Produto Interno Bruto (PIB). Os recursos que financiam esses benefícios são quase integralmente categorizados nos orçamentos públicos como gastos correntes. Daí, havendo restrições a direitos, desvinculações constitucionais, congelamentos ou outros truques para “restringir os gastos correntes”, fatalmente seriam afetados os benefícios sociais e os salários do funcionalismo.

Para manter o estatuto da política social e viabilizar a melhoria da qualidade na prestação dos serviços universais (SUS e educação básica, principalmente) ou incluir parcelas expressivas da população ainda não incorporadas aos sistemas públicos – Previdência e Assistência, Política Agrária, Habitação etc. – não há como fazê-lo “reduzindo gastos correntes”. Nem mesmo congelando esses gastos em algum ano isso é possível, como espertamente foi proposto no Projeto de Reforma Tributária do governo Lula.

Há fatores demográficos, epidemiológicos e de riscos sociais associados a uma geração de direitos sociais (seguridade social), de pretensão universal, que não estão congelados, mas, ao contrário, tendem a crescer. Há também uma geração de novos riscos sociais e ambientais associados às mudanças climáticas que fatalmente alimentarão demandas futuras por novos serviços públicos de proteção social. Essas demandas tendem a crescer e precisariam contar com recursos, simultaneamente associados ao crescimento da economia e melhoria.

Universalizar direitos sociais numa sociedade altamente desigual como a nossa requer compreensão clara de que isso é política social redistributiva. Integra um modelo de sociedade e de economia com pretensão a um estilo de desenvolvimento fundado no paradigma da igualdade. Mas isso não se faz sem uma reforma tributária redistributiva e também requer política social organizada e planejada com horizonte mínimo de uma década.

Isso tudo não está nas agendas políticas das candidaturas principais, nem das mídias, nem do “consenso da opinião pública”. Precisa ser explicitado e

discutido na campanha eleitoral e fora dela, para que não tenhamos a ingrata surpresa de ver “reformas” implementadas na política social e tributária em 2011 que se ponham na contramão da construção dos direitos sociais.

O processo eleitoral e a formação de opinião pública, sob intenso controle dos partidos e dos meios de comunicação de massa, não são bons aliados para esclarecer questões essenciais sobre política social. Há que se ter criatividade e ousadia para colocar essas questões nas agendas políticas do Estado, dentro e fora das arenas convencionais da política.

DIRETORIA NACIONAL